

# A PECUÁRIA FAMILIAR: CATEGORIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE BAGÉ, RS - REGIÃO DA CAMPANHA MERIDIONAL

## THE FAMILY LIVESTOCK: SOCIAL CATEGORY IN THE BAGÉ/RS - SOUTHERN REGION BRAZIL

Rafael Gastal Porto<sup>1</sup>; Antônio Jorge Amaral Bezerra<sup>2\*</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo caracterizar a pecuária familiar no município de Bagé/RS segundo alguns critérios de estratificação (estrutura fundiária e acesso aos recursos públicos). Foram realizadas entrevistas diretas aos produtores rurais durante os meses de maio e junho de 2007 nas localidades rurais de Palmas, Olhos D'Água, Coxilha do Haedo, Serrilhada e Santa Tecla, totalizando 40 questionários aplicados. A análise multivariada foi utilizada para o tratamento dos dados. A pesquisa revelou algumas características próprias do sistema de produção da pecuária familiar em termos de estrutura fundiária, bem como procurou demonstrar o acesso aos recursos públicos na visão e na percepção dos produtores. O estudo tratou a pecuária familiar como importante categoria social produtiva para o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Agricultura familiar; bovinos de corte; sistemas de produção em agropecuária; caracterização

### ABSTRACT

The objective of this paper was to characterize farm family livestock in Bagé, RS - Brazil, according to some criteria (area structure and access to the public resources). Direct interviews were conducted with family livestock farms during the months of May and June 2007 in several locations: Palmas, Olhos D'Água, Coxilha do Haedo, Serrilhada and Santa Tecla, in a total of 40 interviews. Multivariate analysis was used to examine the data. The research showed some own characteristics of the production system of the family livestock in area, as well as it showed the access to the public resources in the vision and perception of the producers. This work treated the family livestock as important productive social category for the regional developing process.

Key words: Family farming; beef cattle; agricultural production systems; characterization

### INTRODUÇÃO

O termo "pecuária familiar" necessita ainda de uma definição mais exata e clara, no entanto, a utilização desse termo, que é relativamente recente e ainda restrita, se refere aos produtores que se dedicam basicamente à pecuária bovina de corte, algumas vezes associada à criação de ovinos e/ou caprinos, bem como a pequenas áreas de agricultura, mostrando que, embora a pecuária seja a atividade principal,

ocorre nestas unidades produtivas uma produção de auto-consumo em uma menor escala.

A pecuária de corte apresenta, atualmente, uma realidade diversificada, complexa e, paradoxalmente, pouco conhecida na comunidade acadêmico-científica e na sociedade em geral. Nesse sentido, se de um lado, constata-se uma relativa profusão de estudos e pesquisas sobre a cadeia produtiva da carne bovina, ressentindo-se da falta de informações acerca do perfil dos produtores rurais envolvidos com esta atividade. Esse relativo desconhecimento mostra-se particularmente importante levando-se em conta a heterogeneidade de situações encontradas no âmbito dessa atividade.

A aludida heterogeneidade resulta não somente do nível tecnológico dos produtores e da diversidade dos sistemas de produção, mas, inclusive, da natureza das relações de produção implicadas. O presente estudo parte da hipótese de que o pecuarista familiar representa um segmento peculiar e relevante no âmbito da pecuária de corte.

Vale lembrar a título de informação que a pecuária familiar vem sendo reconhecida, por estudos recentes, em um contingente estimado em 12% do universo da pecuária praticada de forma extensiva no Rio Grande do Sul (SEBRAE/FARSUL/SENAR, 2005). Cabe ressaltar que o termo pecuária extensiva se refere ao modelo de sistema de produção a campo utilizado, baseado no manejo da pastagem nativa com o gado solto, não levando tanto em consideração a perspectiva de extensão em área agrícola. A pecuária no molde extensivo seria, portanto, diferente da pecuária de confinamento e/ou semi-confinamento. Este trabalho apresenta foco na identificação e caracterização da pecuária familiar no município de Bagé, com base em dois critérios de análise (estrutura fundiária e acesso aos recursos).

O Rio Grande do Sul, tradicionalmente, apresenta-se como um estado que se destaca pela sua produção agrícola e pecuária. Segundo o IBGE (2007), o setor agropecuário (produção) apresentou, nos últimos anos, em média, uma participação de 15,9% no PIB do estado gaúcho. No entanto, sabe-se que esta participação é ainda maior se considerada a repercussão nas cadeias produtivas que o setor movimentou em termos de capilaridade. Na estrutura do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) destacam-se as lavouras que respondem por 61,34% da produção, seguida pela produção animal com 33,98%. A produção econômica total do estado do RS se destaca por responder por cerca de 8% do PIB nacional, colocando-o em 4º lugar e com um PIB *per capita* em torno de 13 mil reais. A cadeia produtiva da bovinocultura de corte é uma das mais tradicionais do estado com grande importância

<sup>1</sup> Eng. Agr., Mestre em Ciências, Analista A, Embrapa Clima Temperado, BR 392, Km 78, Caixa Postal 403, Pelotas, RS, CEP 96001-970. E-mail: rgp145@gmail.com.

<sup>2\*</sup> Eng. Agr., Doutor em Ciências, Prof. Adj., Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel" da Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário Capão do Leão s/n, Caixa Postal 354, Pelotas, RS, CEP 96.010-900. E-mail: ajabez@ufpel.edu.br.

(Recebido para publicação em 07/11/2008, aprovado em 19/10/2009)

econômica e social, poder de integração regional, possibilidade de aumento de valor agregado de seus produtos finais e de melhoria da pauta de exportações. Na produção animal, os bovinos são os que mais contribuem no VBPA do RS. A maior concentração do rebanho está no oeste e sul do estado, associado à presença dos campos ou integrado com a produção de arroz. As quatro regiões que apresentam maior rebanho, correspondendo a 57,3% do plantel gaúcho, são: Fronteira Oeste (23,8%), Sul (12,5%) Central (10,8%) e Campanha (10,2%). Já o rebanho gaúcho de ovinos, tradicionalmente destinado à produção de lã vem sendo convertido para a produção de carne e está distribuído, principalmente, pelo sul do estado nas regiões da Fronteira Oeste (39,8%), Sul (19,3%) e Campanha (13,2%) e, normalmente, está associado à criação de bovinos.

Segundo a PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ (2006), o município encontra-se situado na bacia do Alto Camaquã, região sudoeste do Rio Grande do Sul, entre os paralelos 30°31' e 31°56' latitude sul, e os meridianos 55°30' e 54°30' longitude oeste de Greenwich, ocupando uma área de 4.096km<sup>2</sup>. Encontra-se localizado na mesorregião Sudoeste Rio-Grandense e na microrregião Campanha Meridional. Seus limites são: a norte os municípios de Lavras do Sul e Caçapava do Sul, a leste os municípios de Pinheiro Machado, Hulha Negra e Candiota, a oeste o município de Dom Pedrito e a sul a República Oriental do Uruguai e o município de Aceguá. O município fica distante 374km da capital Porto Alegre. Situa-se a 218 metros de altitude, apresenta um clima temperado e responde por um número de, aproximadamente, 2.000 unidades de produção rural, sendo 1.400 consideradas de caráter familiar.

De forma a melhor focalizar o problema de pesquisa procurou-se sintetizar o estudo em dois aspectos fundamentais como: Quais são as características em termos de estrutura fundiária dos sistemas de produção da pecuária familiar? Quais são as possibilidades de acesso aos recursos e serviços públicos por parte dessa categoria?

O objetivo da pesquisa é a de caracterizar a categoria pecuária familiar e a compreender enquanto sistema de produção e manifestação, bem como suas estratégias de reprodução social, na região da Campanha Meridional, especificamente no município de Bagé-RS. Para tanto, as premissas de trabalho se remetem aos seguintes aspectos: a categoria pecuária familiar apresenta características específicas em relação à forma de obtenção, a modalidade de exploração e as áreas arrendadas dos estabelecimentos familiares no que se refere à sua estrutura fundiária, bem como é uma categoria social relativamente assistida pelas políticas públicas em termos de crédito.

## REVISÃO DE LITERATURA

A possível razão de se trabalhar nesse artigo na perspectiva do campesinato relacionado à pecuária familiar se remete ao fato de que essa pecuária apresentaria características aderentes ao modo de produção camponês baseado na preservação dos recursos naturais e na íntima relação da família no processo produtivo numa visão sistêmica.

Para tanto, uma questão que se mostra importante, segundo Marx, diz respeito à identidade do camponês quer em nível individual ou coletivo. Em termos específicos, trata-se de inquirir se os camponeses constituem uma classe social sob o modo de produção capitalista, isto é, um modo de produção distinto e singular, ou se corresponderiam a uma classe em transição. Ao considerar o camponês um ser ambíguo, que encerra em si mesmo a figura de explorador e explorado, além

de ser possuidor de um pedaço de terra (mesmo sem obter necessariamente renda fundiária por ela), impediria o enquadramento em uma das duas classes polares e antagonicas, quer seja o proletariado e a burguesia (MARX, 1980).

Nessa perspectiva, para Chayanov (1974), o camponês não tende a exceder a exploração da sua força de trabalho para além das necessidades que lhe impõem a sua produção e reprodução. O autor defende que o camponês não tem por objetivo maximizar renda, mas sim satisfazer suas necessidades, tendo como traço distinto a capacidade das famílias de imporem a si mesmas um ritmo de auto-exploração. Diferentemente da concepção de Marx, Chayanov parte do ponto de vista micro, interessando-se nos mecanismos a partir dos quais o camponês toma decisões e, dessa forma, não concorda com a teoria da diferenciação social de LÊNIN de vertente marxista, a qual determina o processo de decomposição camponesa, defendendo, por sua vez, a diferenciação demográfica do campesinato, onde o fundamental seria o tamanho e a composição da família, da qual depende seu ciclo de desenvolvimento. Chayanov (1981) não acreditava na extinção da produção camponesa, e sim na sua persistência, ou seja, a unidade de produção familiar na agricultura seria regida por princípios gerais de funcionamento interno que a tornariam diferente da unidade de produção capitalista, não se organizando sobre a base de extração e apropriação do trabalho alheio (mais-valia), mas sim na relação entre o consumo e o trabalho familiar. A maior aspiração do camponês seria ter terra suficiente para fazer pleno uso da força de trabalho da família, isto é, a posse ou acesso à terra seria condição indispensável para distribuir, de forma equilibrada, a mão-de-obra familiar disponível.

Portanto, a renda da terra, por um lado; e a capacidade de domínio e de aplicação que o trabalhador tem como proprietário dos meios de produção do patrimônio familiar, por outro, seriam as condições que explicariam em grande parte a existência e a funcionalidade da agricultura familiar. Nesse aspecto de manifestação da agricultura familiar, o presente artigo trabalha na vertente de que a pecuária familiar seria um tipo específico daquela onde as principais características seriam a base familiar nas relações de trabalho e gestão, e a pecuária de corte como atividade produtiva predominante.

A idéia de agricultura familiar no Brasil não se vinculava, na época de sua concepção, de forma geral, ao progresso social, à melhoria das condições de vida, de ampliação de recursos econômicos, ou seja, comungava-se da noção dominante sobre essa agricultura familiar como algo inferior, atrasado, ignorante e com poucas possibilidades de sobrevivência, não merecendo, portanto, a atenção do Estado no sentido de dirigir a ela políticas de estímulo e incentivo (ABRAMOVAY, 1992).

Nessa perspectiva, e para contribuir com o presente artigo no tocante à questão fundiária, a estratificação em área das unidades de produção poderia se configurar como um dos critérios na discussão que se faz acerca do módulo fiscal e as suas implicações em relação às atividades rurais de base e caráter familiar. O que seja módulo fiscal é definido pelo art. 4º do decreto 84685/80, como: "o módulo fiscal de cada município, expresso em hectares, será fixado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através de Instrução Normativa Especial, levando-se em conta os seguintes fatores: (a) o tipo de exploração predominante no município; (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e (d) o conceito de propriedade

familiar". O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei 8629/93, onde: (a) pequena propriedade – é o imóvel rural de área compreendida entre um (1) e quatro (4) módulos fiscais; (b) média propriedade – é o imóvel rural de área superior a quatro (4) e até quinze (15) módulos fiscais; e (c) grande propriedade – é o imóvel rural de área superior a quinze (15) módulos fiscais. Serve de parâmetro ainda para definir os beneficiários do PRONAF – pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro (4) módulos fiscais. Em suporte à questão do módulo fiscal, bem como a classificação do imóvel rural, existe a Lei 11.326/96, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, que estabelece a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, onde se reconhece a agricultura familiar como segmento produtivo, o qual representa um novo marco para as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural. A lei define os conceitos da agricultura familiar e do agricultor familiar e prevê a descentralização – com a participação dos municípios, estados, governo federal e produtores rurais – no desenvolvimento e gestão dos programas agrários.

No que se refere à pecuária familiar em específico, alguns trabalhos foram realizados no Rio Grande do Sul objetivando caracterizar esse tipo de produtor familiar nos seus mais variados aspectos, levando em consideração a questão da estrutura fundiária. Cotrim (2003) se dedicou à caracterização do pecuarista familiar no que diz respeito à sua origem e situação socioagroeconômica no município de Canguçu/RS localizado na região da Serra do Sudeste. Este trabalho identificou três tipos de pecuaristas familiares: os tradicionais, os pluriativos e os comerciais. Os tradicionais possuem sua origem nos primeiros donos de grandes extensões de terras (estancieiros). Sua principal fonte de renda provém de aposentadorias, poucos executam atividades não-agrícolas e a produtividade da terra e da mão-de-obra são baixas comparadas aos outros tipos identificados. Os pluriativos se caracterizam por possuir rendas não-agrícolas superior à agropecuária. A venda da força de trabalho no comércio local se constitui na principal atividade executada por esses produtores rurais. E, os comerciais a categoria que está mais vinculada ao mercado. Esses pecuaristas comercializam o gado por meio de intermediários que realizam a revenda aos frigoríficos. A inadimplência por parte dos corretores e frigoríficos se constitui em um dos grandes problemas encontrados por esses produtores.

Outro trabalho realizado nessa temática foi o de Torres & Miguel (2003) no município de Santana do Livramento/RS, o qual procurou realizar a caracterização e a análise socioeconômica da pecuária familiar. Os autores identificaram quatro tipos de produtores, denominados de tipo 1, tipo 2, tipo 3 e tipo 4. Os pecuaristas tipo 1 são aqueles que, em geral, possuem áreas maiores que 100 e menores que 500 hectares e que, praticamente, inexistem rendas não-agrícolas, tendo na pecuária de corte sua principal fonte de renda, procurando sempre se especializar na atividade agropecuária por meio da tecnificação. Seu principal local de comercialização é junto aos frigoríficos. O tipo 2 possui áreas menores que 100 hectares e a maior parcela da renda advém da atividade agropecuária, inexistindo rendas não-agrícolas. Esses pecuaristas encontram-se estagnados e possuem baixo nível tecnológico. Comercializam os terneiros e vacas para posterior processo de engorda. Aqueles denominados tipo 3 possuem áreas inferiores a 100 hectares e a maior parte da renda é proveniente da aposentadoria de membros da família. Como a maioria é especializado na terminação de animais, os

comercializam junto aos frigoríficos. Por fim, os produtores tipo 4 são semelhantes aos pluriativos identificados por Cotrim, sendo que a renda não-agrícola se apresenta mais relevante que a renda agrícola, onde aquela é proveniente da prestação de serviço no comércio local ou para outros produtores da região.

Já o trabalho de Sandrini (2005) procurou focalizar a identificação das principais formas de inserção dos pecuaristas familiares do sul do Rio Grande do Sul na cadeia da carne e os principais fatores ou variáveis que explicam essas formas de inserção. Como resultado identificou-se três formas: as unidades familiares autônomas, que comercializam o gado no momento em que necessitam de dinheiro; as unidades familiares diversificadas com médio grau de comercialização, que comercializam o gado principalmente no momento em que o preço de mercado está elevado; e as unidades familiares com alto grau de comercialização, que vendem o gado quando o mesmo encontra-se pronto para o abate.

Dessa forma, pode-se observar que os trabalhos citados na revisão de literatura podem contribuir com este artigo sobre pecuária familiar no sentido de que reafirmam a pecuária como atividade principal (e não necessariamente como a maior fonte de renda), com importante papel da aposentadoria rural na manutenção social desses produtores e baseada na mão-de-obra familiar como característica principal desta categoria social produtiva.

## MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado a campo através de uma pesquisa exploratório-descritiva por amostragem, com variáveis quantitativas e qualitativas. Utilizou-se a técnica da entrevista estruturada por meio de aplicação de questionário semi-aberto. De acordo com Gil (1999) a entrevista estruturada se dá a partir de uma relação fixa de perguntas e de ordem invariável para todos os entrevistados, possibilitando a análise estatística dos dados, já que as respostas obtidas são padronizadas

Foi aplicado, na fase de testes, o projeto-piloto, a um número reduzido de pessoas ligadas à área acadêmica e de instituições de pesquisa com o objetivo de minimizar determinados erros ou expressões dúbias para que fosse aplicado o questionário sem problemas de interpretação aos produtores. Na fase de levantamento de dados, particularmente no que diz respeito à aplicação dos questionários, optou-se por um processo de amostragem que assegurasse a representatividade dos estabelecimentos de pecuária familiar de forma a retratar, no estudo de caso, a realidade do segmento social no campo. Segundo Yin (2001) o estudo de caso é uma forma de estratégia de pesquisa intensiva onde se leva em consideração, principalmente, a descrição e a compreensão de fenômenos sociais complexos, através das relações dos fatores em um contexto social selecionado. No estudo de caso, tem-se a capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional.

A partir da Emater Municipal (Escritório de Bagé), da Inspeção Veterinária do estado do RS (escritório local) e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Coordenadoria Agropecuária – da Prefeitura Municipal de Bagé, buscou-se a indicação das unidades de produção que serviram de base para a aplicação deste trabalho de pesquisa. Chegou-se ao tamanho da amostra, significativa do universo da população, através de cálculos estatísticos com base em dados de campo disponibilizados pelos órgãos públicos. De acordo com esses órgãos, o número de estabelecimentos rurais que se dedicam à

pecuária de corte, de caráter familiar, responde por quatrocentas unidades de produção (N = 400) cadastradas. Para efeitos de se trabalhar com uma margem de segurança bastante sólida e confrontar com o cálculo estatístico (n = 33) para populações finitas proposto por Gil (1999), utilizou-se, também, os 10% dos estabelecimentos rurais cadastrados de caráter familiar de produção pecuária (N = 40). Com os dois cálculos realizados (n = 33 e N = 40), preferiu-se trabalhar com a maior amostra.

Após a coleta dos dados, passou-se a etapa de processamento destes no software *Statistical Package for the Social Science* (SPSS® versão 12.0) para se proceder à inferência estatística e realizar a possível análise de *clusters* ou conglomerados. Este software é uma ferramenta para análise multivariada, a qual qualifica os resultados do trabalho de pesquisa. A análise multivariada possibilita avaliar um conjunto de características, levando em consideração as correlações existentes, o que permite que interferências sobre o conjunto de características sejam feitas em um nível de significância conhecido. É particularmente apropriada à abordagem simultânea de múltiplos indicadores e ao tratamento de variáveis qualitativas. É aplicável em áreas diversas, desde as ciências sociais (economia, sociologia, psicologia social) às ciências humanas

(história, psicologia), passando pelas ciências empresariais (gestão, marketing) até às ciências biológicas e da saúde.

Segundo Everitt (1993) e Manly (1986), a análise de *cluster* é uma técnica estatística que objetiva agrupar os indivíduos (casos) que possuem características semelhantes em função de um conjunto de variáveis selecionadas. Assim sendo, classifica os indivíduos (casos) em grupos homogêneos, denominados *clusters* ou conglomerados. Desse modo, os grupos criados pela análise de *cluster* são semelhantes entre si (dentro do *cluster* a variância é mínima) e diferentes de outros *clusters* (entre *clusters* a variância é máxima).

As localidades abrangidas no estudo foram: Distrito de Palmas (Pedra Grande, Coxilha das Flores, Catarina, Toca e Lixiguana), Olhos D'Água, Coxilha do Haedo, Serrilhada e Santa Tecla. O distrito de Palmas é o mais representativo do universo da pecuária familiar em Bagé em termos quantitativos e, por esse motivo, contabilizou vinte e sete (27) do total de quarenta (40) questionários aplicados, restando treze (13) para as outras localidades, distribuídas de forma proporcional à sua representatividade. Conforme a Tabela 1 pode-se observar em termos numéricos a distribuição de estabelecimentos rurais entrevistados por localidade.

Tabela 1 - Distribuição dos questionários por localidades rurais no município de Bagé/RS

Localidades	Frequência
Pedra Grande	12
Coxilha das Flores	10
Catarina	02
Toca	02
Lixiguana	01
Olhos D'Água	06
Coxilha do Haedo	04
Serrilhada	01
Santa Tecla	02
Total	40

Fonte: trabalho de campo, 2007

Segundo a Figura 1, a região norte de Bagé fronteira com Caçapava do Sul (hachurada em preto) é o distrito de Palmas, a região sudoeste do município fronteira com Dom Pedrito (hachurada em preto) são as localidades de Coxilha do

Haedo e Serrilhada e, por fim, a região central e fronteira com Hulha Negra (hachurada em preto) são as localidades de Olhos D'Água e parte da Estrada de Santa Tecla.



Figura 1 - Localidades de estudo sobre a pecuária familiar em Bagé/RS  
Fonte: elaborada pelo autor (2009)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho procurou abordar as dimensões “caracterização fundiária” e “acesso aos recursos públicos” relacionados à categoria da pecuária familiar em Bagé, de forma a descrever essas características que permeiam o universo deste tipo de agricultura familiar.

### Caracterização fundiária

Especificamente em relação à dimensão “caracterização da estrutura fundiária” da pecuária familiar, optou-se, neste trabalho, por focar a análise em três aspectos relacionados à forma de obtenção, a modalidade de exploração e as áreas arrendadas dos estabelecimentos familiares. Com isso, pode-

se observar, respectivamente, pelas Tabelas 2, 3 e 4 os dados referentes a estas características. Em relação à forma de obtenção observa-se certa proporcionalidade entre as áreas de uma forma geral, explorada pelos pecuaristas familiares. No entanto, as áreas herdadas se mostram como a forma mais predominante. Já na modalidade de exploração predomina o percentual de proprietários das áreas com 85% dos casos. Nas áreas arrendadas pelos produtores, sejam parceiros, arrendatários ou proprietários, 70% dos casos se concentra na faixa até 50 hectares. No entanto, esse arrendamento se dá de várias maneiras, formal ou informalmente, principalmente na forma de arrendamento por cabeça (gado a pastoreio), o que demonstra ser esta uma das estratégias de produção da pecuária familiar.

Tabela 2 - Forma de obtenção da área nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS

Forma de obtenção	Porcentagem (%)
Herdada	35,0
Herdada + Áreas Compradas	30,0
Comprada	27,5
Arrendada	7,5
Total	100,0

Fonte: trabalho de campo, 2007.

Tabela 3 - Modalidade de exploração nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS

Modalidade	Porcentagem (%)
Parceria	10,0
Arrendado	5,0
Proprietário	85,0
Total	100,0

Fonte: trabalho de campo, 2007

Tabela 4 - Estratificação de área na forma de arrendamento nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS

Estratos de área (Ha)	Porcentagem (%)
0 – 50	70,0
50 – 100	12,5
100 – 200	17,5
Total	100,0

Fonte: trabalho de campo, 2007.

### Acesso aos recursos públicos

Nesse artigo, em relação à dimensão “recursos públicos”, se menciona três categorias do PRONAF (C, D e E) que poderão contribuir no entendimento da realidade da pecuária familiar no município de Bagé/RS enquanto categoria social passível de recebimento de crédito. Para tal, se faz importante uma explanação sucinta e breve acerca destas categorias. O grupo **C** contempla aqueles produtores que obtenham, no mínimo, 60% da renda familiar de atividade agrícola e não agrícola, renda bruta anual esta acima de R\$ 3.000,00 até R\$ 16.000,00. O grupo **D** congrega aqueles que auferem 70% da renda familiar de atividade agrícola e não

agrícola, sendo esta renda acima de R\$ 16.000,00 até R\$ 45.000,00. E o grupo **E** abrange os que obtenham 80% da renda familiar de atividade agrícola e não agrícola, renda esta acima de R\$ 45.000,00 até R\$ 80.000,00. No entanto, o que se mostra mais importante nessa descrição dos enquadramentos do Pronaf, comum às três categorias, diz respeito a natureza do trabalho, sendo a mão-de-obra familiar a predominante nos estabelecimentos rurais, podendo ocorrer a mão-de-obra contratada, desde que esta não seja mais representativa do que a familiar.

São também passíveis de apoio e se enquadram nos grupos C, D ou E, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada, os agricultores familiares que tenham na

bovinocultura, na bubalinocultura ou na ovinocaprino-cultura, a atividade preponderante na exploração da área e na obtenção da renda, e não disponham, a qualquer título, de área superior a seis (6) módulos fiscais quantificados segundo a legislação em vigor.

Apesar de incentivos governamentais importantes como o PRONAF, pode-se afirmar que não existe um modelo “ideal” que possa ser reproduzido nas diferentes regiões com pessoas e ambientes distintos. As tentativas de transposição de formas e de sistemas de produção de uma região para outra não tem alcançado sucesso. Tentar reproduzir na região sul do RS as formas de produção da região norte não tem se mostrado adequadas, transformando-se, no decorrer do tempo, em sistemas que não apresentaram êxito. As experiências dessa natureza evidenciam que não se pode desprezar e desconsiderar o saber dos produtores de determinada região, pois eles são frutos de um processo de longos anos de aprendizado prático em relação às características locais do ecossistema. É importante e necessário que as propostas de geração de políticas públicas, que buscam estimular o desenvolvimento local, valorizem as diferentes realidades regionais, respeitando a cultura, os conhecimentos e as habilidades dos agricultores familiares, compreendendo suas lógicas de produção e reprodução (EMATER/RS, 2003; RIBEIRO, 2003). Nessa linha de pensamento, o atual serviço de patrulha agrícola prestado pela prefeitura municipal de Bagé/RS tem se mostrado como uma importante ferramenta para que o pecuarista familiar mantenha algumas atividades agrícolas, como o plantio de milho e de pastagens.

Seguindo, nessa perspectiva, uma abordagem que se mostra de suma importância diz respeito às declarações dos pecuaristas familiares quando questionados em relação à necessidade ou não da contratação de financiamento em bancos ou instituições de crédito para o desenvolvimento da atividade produtiva, ou seja, perguntou-se se havia facilidade ou dificuldade no momento da solicitação dos recursos financeiros. Interessante observar-se a visão dos produtores a respeito das políticas públicas de incentivo e fomento, para que se possam identificar os limitantes à liberação de crédito, na ótica do pecuarista familiar, conforme as declarações selecionadas:

Tchê, esse ano foi fácil por causa da Associação de Moradores de Palmas [...] praticamente o banco veio até a gente... (pecuarista familiar de Bagé, P.R.G.C., 64 anos).

Sinto dificuldade, é muito difícil por causa do juro e do fundo perdido pra gente que é pequeno, né... (pecuarista familiar de Bagé, M.S.S.N., 46 anos).

Tenho vontade de solicitar, mas não tenho coragem de pedir por medo do juro e por falta de informação [...] mas já consegui acessar o Pronafinho uma vez (pecuarista familiar de Bagé, J.M.L.V., 36 anos).

Esse ano foi fácil conseguir no Banco do Brasil por causa da Associação de Moradores da Pedra Grande [...] mas se for ‘solito’ é muita burocracia, muita dificuldade... (pecuarista familiar de Bagé, L.E.L.O., 40 anos).

Tô tentando acessar o Pronaf no momento, tá meio difícil porque já faz um ano que tá lá o pedido e nada até agora... (pecuarista familiar de Bagé, J.O., 49 anos).

Sinto uma dificuldade que é uma barbaridade, pois são muito exigente [...] apesar de eu ter crédito pedem muitas garantias [...] mas mesmo assim já consegui acessar o Pronaf C e D (pecuarista familiar de Bagé, A.S.B., 68 anos).

## CONCLUSÃO

Com base no referencial teórico-metodológico, bem como nos resultados empíricos obtidos a campo pode-se afirmar que a pecuária familiar constitui-se num segmento produtivo com características próprias e com uma lógica peculiar de manifestação e reprodução social, a qual vem sendo reconhecida, aos poucos, no marco das políticas públicas e como objeto de pesquisa científica.

A pecuária familiar é uma especificidade da agricultura familiar adaptada ao ambiente sócio-cultural da região. Por sua vez, constata-se a identidade cultural de “pecuaristas”, de pessoas ligadas ao gado como atividade que lhes dá segurança, sendo este mesmo gado visto como mercadoria de reserva e comercializado de acordo com as necessidades, expectativas e desejos da família. Muitas vezes buscam novas rendas como a venda da força de trabalho, mesmo assim, tem permanecido na atividade e persistido exatamente com persiste a agricultura familiar. Percebe-se, com isso, que a pecuária familiar apresenta muitas características em comum com a agricultura familiar e que por meio da análise de literatura dessas duas vertentes de abordagem, pode-se afirmar que a pecuária familiar é um tipo de agricultura familiar diferenciada com características internas específicas e próprias que lhe conferem uma diversidade de sistemas e de produtores, no entanto, tendo como principais características a economia de base familiar e a pecuária de corte como atividade predominante.

A pecuária familiar no município de Bagé/RS, em termos de estrutura fundiária dos estabelecimentos rurais, na sua grande maioria, a herança é a forma de obtenção das áreas e essa categoria é proprietária da terra, bem como uma representativa parcela ainda arrenda pequenas áreas de campo (menos de 50 ha). Pode-se afirmar que em relação ao acesso aos recursos públicos a pecuária familiar é relativamente assistida e chega-se a esse entendimento pelo fato de essa dimensão ter sido avaliada com base qualitativa, extraído-se das respostas dos produtores a essência da realidade. Percebe-se que os produtores reunidos em associações tem maior poder de barganha e facilidades no acesso aos recursos públicos. Como nem todos produtores estão ligados às associações estes sentem mais dificuldades em acessar o crédito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Estudos Rurais. ANPOCS/Editora da UNICAMP, 1992.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS) – ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL (ASCAR). **Pecuária familiar**. Porto Alegre, 2003. 78p. (Série Realidade Rural, 34).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. População, Economia e Canais (Banco de Dados). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 set. 2007.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.133-163.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974, 194p.

COTRIM, M. S. **'Pecuária familiar' na região da 'Serra do Sudeste' do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu-RS**. 2003. 142f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

EVERITT, B. S. **Cluster analysis**. London: Hodder & Stoughton, 1993, 170p.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed., São Paulo: Atlas, 1999, 206p.

MANLY, B.F.J. **Multivariate statistical methods: a primer**. London: Chapman & Hall, 1986, 159p.

MARX, K. **Teorias da mais-valia**. História crítica do pensamento econômico. Livro 4 de O Capital,. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980, 447p, v.1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ. História, dados e economia. Disponível em: <<http://www.bage.rs.gov.br>> Acesso em: 02 nov. 2006.

RIBEIRO, C.M. Pecuária familiar na região da Campanha do Rio Grande do Sul. **Série Realidade Rural**, Porto Alegre/RS, v.34, p.11-45, 2003.

SANDRINI, G. B. D. **Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia produtiva da carne**. 2005. 179f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SEBRAE/FARSUL/SENAR. **Diagnóstico de sistemas de produção da bovinocultura de corte do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2005, 265p. Relatório de Pesquisa, IEPE/UFRGS.

TORRES, J.E.H.; MIGUEL, L.A. A pecuária familiar, uma realidade pouco conhecida: estudo de caso sobre a caracterização e análise socioeconômica da pecuária familiar no município de Santana do Livramento/RS. **Série Realidade Rural**, Porto Alegre/RS, v.34, p.4778, 2003.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001, 205p.